



Anais da Assembléia

Nº 87

CUPTTIPA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE JUNHO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1996
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Jocelito Canto e Techy Filho.

Às 10 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Pelinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Peto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Penato Adur, Reny Porsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SP. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SP. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 351-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação por 02 (duas) Sessões, do Projeto de Lei nº 241/96.

Sala das Sessões, em 13.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Mario Stamm, ocorrido no dia de hoje, em Londrina - PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Pasteur, 225, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.06.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 345

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações ao Clube dos Vagalumes, do Município de Irati, pela passagem dos 25 anos de atividade cristã.

No dia 11 de abril de 1971, nascia o Clube dos Vagalumes, grupo formado por jovens que encontraram em Cristo um ideal de vida. Nascido, por certo, sob as bênçãos de Nossa Senhora da Luz e tido a orientação espiritual do Frei Clemente Vendramin e Frei Jaime Stolf foi um movimento jovem que de fato personificou a força do Espírito Santo.

Foi para os anos 70 um movimento inovador, forte e marcante, pois que desde seu nascimento brilhou como uma luz na escuridão, tanto dentro quanto fora da Igreja, marcando seu nome pela presença vibrante de seus componentes levando o Cristo de uma forma alegre e diferente, tendo orgulho de assim o ser.

Neste dia 11 o Clube ganhou nome, estatuto e diretoria. Parabéns Clube dos Vagalumes, pois, "onde existir um vagalume não haverá trevas".

Sala das Sessões, em 13.06.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 350

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao radialista e jornalista José de Paiva Netto, alusivos à comemoração de 40 anos de trabalho ininterrupto junto à Legião da Boa Vontade, no próximo dia 29 de junho do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Sergio Tomaz, 740, CEP 01131-010, bairro Pom Retiro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.06.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 349

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Jornal do Estado, alusivos à comemoração de 13 anos de fundação, no próximo dia 17 do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor-Fundador, Senhor Roberto Parrozo Filho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Dr. Roberto Parrozo, 22, bairro Centro Cívico, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.06.96.

(a) ORLANDO PESSINI

REQUERIMENTO N° 344

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Educação, Pamiro Wahrhaftig, solicitando especial atenção no que se refere às condições atuais dos vencimentos dos professores contratados por entidades filantrópicas, através do convênio com a SEED.

Sala das Sessões, em 13.06.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 253/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Dr. Duílio Trevisani Beltrão - Ensino de 1° e 2° graus, com sede no Município de Tamboara e foro na comarca de Paranavaí.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A APM do Colégio Estadual Dr. Duílio Trevisani Beltrão, Ensino de 1° e 2° Graus, é uma associação civil sendo órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede no Município de Tamboara.

São objetivos da APM discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino, e para a integração família-escola-comunidade; prestar assistência aos educandos assegurando-lhes condições de efi-

ciência escolar; integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade; proporcionar condições ao educando, criticar e participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização livre em grêmios estudantis; representar os reais interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à escola, contribuindo, dessa forma, para a melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares; promover o entrosamento entre os pais, alunos, professores e membros da comunidade, através de entidades sócio-educativa-desportivas; contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, sempre dentro de critérios de prioridade, sendo as condições dos educandos fator de máxima prioridade.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de Utilidade Pública.

Tendo em vista os motivos supracitados, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 254/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a receber, em doação, no âmbito da Secretaria de Estado dos Transportes, obras e serviços destinados à construção de passarelas ou trincheiras para pedestres, nas rodovias estaduais, ou mesmo nas de caráter federal que estejam sob a responsabilidade do Estado do Paraná.

Art. 2° - Em contrapartida, fica o Estado autorizado a conceder estímulos fiscais, que serão oferecidos mediante bônus, no valor de até 40% (quarenta por cento) do total investido, devendo ser usados, parceladamente, como créditos de dívidas oriundas de tributos estaduais, a partir do 2° (segundo) ano da conclusão total da obra em até 24 (vinte e quatro) parcelas, conforme determinar o Poder Executivo.

Parágrafo Único - Ao responsável pela construção ficará assegurado o uso de espaços de publicidade nas obras respectivas, vedada a de caráter de tabagismo ou alcoolismo.

Art. 3° - O Programa de Parcerias, instituído por esta lei, será executado mediante apoio aos programas da Secretaria de Estado dos Transportes, pela pessoa jurídica interessada, e será precedida de licitação, nos termos da legislação vigente, e formalizado mediante convênio ou

contrato.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, e caberá à Secretaria de Estado dos Transportes determinar, após estudos, a localização e as dimensões das passarelas ou trincheiras destinadas aos pedestres nas rodovias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.96.

(a) PETO PICHIA

JUSTIFICATIVA:

Vem aumentando assustadoramente o número de acidentes nas rodovias estaduais e federais que cortam o Estado, sendo as principais vítimas os pedestres que sofrem atropelamentos, na maioria fatais.

As estatísticas demonstram, que nos perímetros urbanos das cidades à margem das rodovias, onde o tráfego é intenso e basicamente composto por veículos pesados, a necessidade de alternativas para a população ultrapassá-las com segurança.

A cada atropelamento verificado ocorrem manifestações populares com ameaças aos motoristas, fechamentos de rodovias e às vezes até cenas de vandalismo. Essas formas de protestos têm se mostrado eficientes num primeiro momento, porém inócuas a longo prazo, eis que o ideal - a construção de uma passarela - quase nunca deixa os limites do papel.

O presente projeto busca uma alternativa viável na qual o Estado, muitas vezes não dispondo de recursos para a construção de passarelas ou trincheiras para pedestres, poderá receber, num programa de parceria com a iniciativa privada, obras que farão diminuir sensivelmente os trágicos acontecimentos.

De resto, quando existe um lugar aonde somente se pode chegar através do cruzamento de uma rodovia, nada mais justo que empresas sediadas nas imediações ou que tenham interesses materiais junto a comunidade local facilitem ao máximo, o acesso de seus clientes e funcionários e da população em geral.

Com a possibilidade da formalização desta parceria entre Governo e a iniciativa privada, a população do Estado do Paraná ganhará em segurança, qualidade de vida reduzindo sensivelmente as estatísticas das vítimas do trânsito.

PROJETO DE LEI Nº 255/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam isentas da incidência de ICMS - Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços

- todas as operações relativas à comercialização e venda de produtos farmacêuticos e medicamentos em geral destinados ao tratamento de doentes de AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - e de soropositivos, pessoas portadoras do vírus HIV, causador da moléstia citada.

Art. 2º - As hipóteses de isenção acima citadas, bem como a lista dos produtos pelo dispositivo anterior abrangidos, serão regulamentadas através de ato próprio da Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado do Paraná, em no máximo 30 dias da publicação desta lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.96.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

É até desnecessário expor o que representa a tragédia da AIDS para a humanidade na atual quadratura histórica. Moléstia mortal, cuja cura e tratamento representam o principal desafio para as ciências médicas e biológicas neste final de século, a AIDS é, na atualidade, a principal endemia mundial. A única forma de evitá-la é através da prevenção e; uma vez contraído o vírus HIV, a luta passa a ser pela sobrevivência do soropositivo, diária, dura, que atinge toda a família e todos os entes próximos do soropositivo.

Não bastasse o desafio e o impacto que o fato da contaminação representa para o atingido e para todos seus próximos, ainda sobrevém, para estas pessoas, o drama do pagamento dos medicamentos e tratamentos necessários à sobrevivência do soropositivo. São medicamentos e tratamentos caros, muitas vezes até inacessíveis para o nível de renda dos atingidos.

Neste sentido, tem o presente projeto de lei a humilde pretensão de, ao menos, reduzir o sofrimento e o sacrifício dos cidadãos e famílias vitimadas pela AIDS no tratamento dos doentes. Assim, a isenção de ICMS para os medicamentos implicados no tratamento desta doença representaria, nos termos do inciso III do art. 23 da Lei Estadual nº 8.933/89, uma redução de 17% nos preços ao consumidor destes produtos, sem, contudo, afetar, de forma significativa, a arrecadação do Estado do Paraná com este tributo. Pelo que apelamos aos nobres Pares no sentido do apoio ao projeto em tela, pelo seu significado social e pela relevância de seu conteúdo.

É o que se requer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes, passamos ao

Horário das Lideranças.

PDT, PPR, PSDP, PFL, PT, PMDB. Com a palavra, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pretendemos, no dia de hoje, apenas fazer um rápido alerta aos Senhores Deputados, porque no decorrer desta semana, quando recebíamos a visita em nosso Gabinete de integrantes da Secretaria da Fazenda do Paraná, para discutirmos a respeito das reformulações do Conselho Estadual de Contribuintes, fomos alertados naquela ocasião pelo nosso amigo Homero Arruda, a respeito de matéria que tramita nos tribunais federais em Brasília, versando sobre a não permissão para se cobrar o ICMS de algumas atividades, principalmente transporte aéreo, em vista de que estabelece a Constituição Federal, que Lei Complementar seria elaborada para regulamentar a questão do ICMS nos Estados.

Evidentemente que esta Lei Complementar Federal não foi editada, e o ICMS hoje é cobrado pelos Estados em cima de um convênio votado e aprovado evidentemente no CONFAZ. E o que preocupa as pessoas que estão de perto acompanhando isso, é o fato de que dois Ministros que já proferiram seu voto, proferiram no sentido de dar provimento a esse recurso, no sentido de que não se cobre ICMS em cima de uma série de atividades, estabelecendo ainda o que é pior, que seja devolvido aquilo que foi cobrado, e que segundo o Professor Homero Arruda, a devolução somaria a casa de cerca de 200 bilhões de reais. Quer dizer, é uma coisa absurda.

O terceiro Ministro, ao receber a proposta para manifestar o seu voto pediu vistas, a Secretaria da Fazenda está acompanhando, mas entendo que há a necessidade de nós, especialmente dos Deputados que integram a Comissão que acompanha a reforma tributária, se não me falha a memória o Deputado José Albanor, o Deputado José Maria, Deputado Durval Amaral, que procurem se inteirar desse assunto que tramita nos tribunais federais, não sei em qual deles está tramitando, para que possamos nos resguardar quanto a cobrança do ICMS, porque se for dado o efetivo provimento a esse recurso, e julgado que não se pode cobrar ICMS de algumas atividades, como seria o caso do transporte e comunicação, então teríamos uma situação bastante delicada em termos de arrecadação no Estado do Paraná.

Era esse o registro que gostaríamos de fazer, Senhor Presidente, esperando poder na próxima semana trazer mais e importantes informações a respeito deste assunto que tramita nos tribunais federais, em Brasília, relativo ao ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Liderança do PSDP, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de usar a tribuna, nesta manhã, primeiramente para comunicar aos companheiros que a reunião realizada pelo PSDP, ontem, e Executiva Regional, conseguimos com o apoio de alguns companheiros desta Casa, ligados ao PSDP, conseguimos que a Comissão Provisória do Município de Ponta Grossa fosse nomeada, sobre a condição que encaminhamos em nome desta futura, já indicada Comissão que vai comandar o Partido de Ponta Grossa.

Fazer este registro, de que feito isso vamos, a partir de agora, começar a preparar a nossa candidatura a Prefeito de Ponta Grossa, já no dia de hoje.

Quero comunicar a esta Casa que a partir de amanhã estaremos, já na luta visando as eleições do Município de Ponta Grossa.

Por outro lado, solicitar à Mesa Executiva para que possamos, Senhor Presidente, fique muito preocupado hoje, sobre um pronunciamento feito pelo vice-Presidente da Kaiser, de que as obras serão adiadas em Ponta Grossa, devido ao problema do ICMS. Vou requerer à Assembléia, aos demais companheiros para que possamos trazer aqui o vice-Presidente da Kaiser, e que ele possa vir a esta Casa explicar o que está acontecendo e de que forma que podemos ajudar, para que a Kaiser realmente concretize a sua instalação na Cidade de Ponta Grossa, e desta forma vai beneficiar o Paraná inteiro.

Portanto, Senhor Presidente, era esse o pequeno registro que queria fazer. E com a ajuda dos demais companheiros conchamar a presença do vice-Presidente da Kaiser aqui, nesta Casa, para que explique aos Senhores Deputados, o que de fato está acontecendo.

Fra isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Cumprimos o ilustre Deputado pela maneira pela qual conseguiu dentro do PSDP ser mais um dos colegas candidatos a Prefeito no Estado do Paraná. Desejamos ao mesmo sucesso, juntamente com os outros companheiros candidatos em Ponta Grossa e aqui no Estado do Paraná e principalmente em Curitiba.

Com a palavra, Liderança do Governo.

(Declina)

Antes de passarmos à Ordem do Dia, anunciamos a todos os Senhores Deputados e presentes nesta Casa que hoje é o Dia do

Padroeiro de Imbituva, e conseqüentemente o Dia do Padroeiro de tudo o que nós desejamos, que é o Dia de Santo Antônio, o dia pelo qual fez com que aquela união do nosso pai com a nossa mãe, nos desse, realmente, a condição da vida de cada um dos Senhores Deputados; e dos presentes nesta Casa, que deram deste encontro, desta união a razão pela qual Santo Antônio sempre presente.

Mas, desejando a todos que realmente, nesse dia de confraternização, encontremos a paz que nós desejamos.

Alertamos aos Senhores Deputados, também de que após esta reunião, às quinze horas haverá uma reunião solene que é considerada extraordinária, onde todos os Senhores Deputados estão convidados pela pessoa do Senhor Governador em exercício, Aníbal Khury, que é autor do projeto, que concede ao Senhor Sérgio S. Soares Reis, o título de Cidadão Honorário do Paraná, que todos os Senhores Deputados, bem como os presentes nesta Casa e o comitê de imprensa estão convidados para esta sessão solene.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Peto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 237/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/96, que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 02 de agosto de 1972, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, órgão integrante da Secretaria de Estado da Fazenda. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, face um entendimento com a Liderança do PT, pediria a Vossa Excelência a retirada por uma Sessão do item 01 da Ordem do Dia, para que tenhamos o prosseguimento normal do restante da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vamos ouvir a palavra do abalizado, do líder em exercício do PT, por deferência do Líder Nerone, Dr. Posinha.

O DP. ROSINHA - Eu e o Nerone, por um acaso, ocupamos a vice-Liderança do PT, de mãos dadas; retiramos a verificação de votação, em função do encaminhamento dado pelo Líder do Governo.

O SP. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Por conhecer Vossa Excelência e o Deputado Nerone, as mãos dadas valem para o Dia de Santo Antônio, de hoje. É retirado o presente projeto e reincluído da Ordem do Dia, de segunda-feira.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 512/95, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar o terreno nº 05, quadra 16 e terreno nº 16, quadra 26 da planta geral do Município de Tapira - PR, para a Prefeitura daquele município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 168/95, de 28.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 512/95

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Durval Amaral, o Plano de Lei nº 512/95, visa autorizar o Poder Executivo a doar o terreno nº 5, quadra 16 e terreno nº 16, quadra 26 da planta geral do Município de Tapira - PR, para a prefeitura daquele município.

Tratando-se de projeto autorizatório, o mesmo encontra-se em condições de sua tramitação normal.

O nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.95.

(aa) JOSÉ TAVARES - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 512/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 512/95, de autoria do ilustre Deputado José Durval Amaral, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tapira os terrenos de nº 5, quadra nº 16, e nº 16, quadra 26, da Planta Geral daquele município.

Sob o ponto de vista desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunica-

ções, não há óbices para tramitação do referido projeto, podendo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa de Leis.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.12.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

MARQUINHOS ALVES - Relator

ITEM 03

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 551/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que obriga bares e restaurantes do Estado do Paraná a apresentar cardápios em braile. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 181, de 11.12.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 551/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi visa obrigar bares e restaurantes do Paraná a apresentar cardápios em braile.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que pudesse impedir a sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.96.

(aa) JOSÉ TAVARES

Presidente em exercício

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Relator

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 110/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que altera o art. 1° da Lei n° 11.331 de 17/01/96, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Treze de Maio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 32, de 02.04.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 110/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo alterar o art. 1° da Lei n° 11.331 de 17/01/96, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Treze de Maio.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11.06.96.

(aa) JOSÉ TAVARES

Presidente em exercício

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Relator

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 141/96, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Estrada de Damasco, no Município de Tapira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 43, de 18.04.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 141/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nelson Garcia tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Estrada de Damasco, no Município de Tapira.

Analisando o aspecto legal e constitucional, nada foi encontrado que pudesse impedir sua normal tramitação.

Somos pelo parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.96.

(aa) JOSÉ TAVARES

Presidente em exercício

PASÍLIO ZANUSSO

Relator

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 203/96, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública o Centro de Reintegração Social Batalhão da Última Hora, com sede na localidade de Borda do Campo e foro no Município de Quatro Barras. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 67, de 22.05.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 203/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Renato Adur que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Reintegração Social Batalhão da Última Hora, com sede na localidade de Borda do Campo e foro no Município de Quatro Barras.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.96.

(a) JOSÉ TAVARES

Presidente e Relator

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 241/96, de autoria dos Deputados Algaci

Túlio, Luiz Carlos Martins, Joel Coimbra e Luiz Carlos Zuk, que autoriza o Poder Executivo a enquadrar nos cargos integrantes das Carreiras Especial de Advogados do Estado e de Profissionais de Nível Superior, servidores que efetivamente estejam desempenhando atividades relativas àqueles cargos há mais de três anos, de acordo com a disponibilidade de cargos vagos. Com PARECEP FAVORÁVEL da C.C.J.. Em REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N° 241/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a enquadrar nos cargos integrantes das Carreiras Especial de Advogados do Estado e de Profissionais de Nível Superior, os servidores que efetivamente estejam desempenhando atividades relativas àqueles cargos há mais de três anos, de acordo com a disponibilidade de cargos vagos.

Art. 2° - O enquadramento de que trata o artigo anterior se dará mediante a comprovação da efetividade do desempenho, através de análise e parecer individual de cada caso por comissão especialmente designada pelo Secretário de Estado da Administração.

Art. 3° - Fica autorizado o Poder Executivo a enquadrar na Carreira Especial de Advogados do Estado, os Advogados estáveis concursados, pertencentes aos quadros das Instituições de Ensino Superior do Paraná, que estejam no efetivo exercício da função, ficando os respectivos cargos transformados em cargos do nível inicial da nova carreira.

Art. 4° - A Secretaria de Estado da Administração estabelecerá os procedimentos necessários ao cumprimento da presente Lei.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.96

(aa) ALGACI TÚLIO,
LUIZ CARLOS MARTINS,
JOEL COIMBRA e
LUIZ CARLOS ZUK.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 241/96

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Algaci Túlio, Luiz Carlos Martins, Joel Coimbra e Luiz Carlos Zuk, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a enquadrar nos cargos integrantes das Carreiras Especial de Advogados do Estado e de Profissionais de nível superior, servidores que efetivamente estejam desempenhando atividades relativas àqueles car-

gos há mais de três anos, de acordo com a disponibilidade de cargos vagos.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.96

(aa) JOSÉ TAVARES

Presidente em Exercício
e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) sessões. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Para encaminhar a votação, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, eu tomo o conhecimento de que estamos votando em 1.ª discussão e votamos na questão constitucionalidade, conforme a norma dessa Casa. "Autoria: Deputados, Algaci Túlio, Luiz Carlos Martins, Joel Coimbra e Luiz Carlos Zuk. Autoriza o Poder Executivo a integrar nos cargos integrantes das carreiras especiais de advogados do Estado e de profissionais de nível superior, servidores que efetivamente estejam desempenhando aquelas atividades há mais de três anos.

Eu vou pegar o projeto aqui, Senhor Presidente.

Primeiro, se esse projeto é constitucional é única e exclusivamente sobre argumentação de que ele é autorizatório, porque constitucional esta matéria não é.

Note bem, Sr. Presidente, o Artigo 1° diz que fica autorizado o Poder Executivo enquadrar nos cargos de integrantes das carreiras especiais de advogados do Estado e de profissionais de nível superior, os servidores que efetivamente estejam desempenhando atividades relativas àqueles cargos há mais de três anos, de acordo com a disponibilidade dos cargos vagos.

Ora, se entendesse o Paraná como Governo, Senhor Presidente, como governo momentâneo de um cidadão, não seria eu a estar defendendo esse projeto, seria o Líder do Governo, porque é flagrantemente inconstitucional o fato de que alguém, no andamento da sua vida no Estado ele entre numa função, acabe cursando um curso de direito, vai trabalhar numa função de advogado, num departamento jurídico e possivelmente seja enquadrado na carreira de advogado do Estado sem concurso. É flagrantemente inconstitucional.

Por outro lado, Sr. Presidente, o Art. 2º diz que o enquadramento de que trata o Artigo anterior se dará mediante comprovação de efetividade do desempenho através de análise e parecer individual de cada caso, por Comissão, especialmente quando se trata de expressão.

Ora, Sr. Presidente, lei é lei, direito é direito, não se faz uma lei autorizando caso a caso para ser analisado por uma Comissão, se eventualmente for aprovada essa lei, esse Artigo 2º é profundamente absurdo, porque o que é direito de alguém é direito hegemonicamente de todos os outros que se enquadrarem dentro daquela mesma norma, não é uma Comissão que vai dizer que Pedro pode e Paulo não.

Então, Senhor Presidente, gostaria que um dos autores do projeto retirasse da Ordem do Dia, por duas ou três Sessões para que nós pudéssemos discutir uma forma de poder atender quem sabe algum pleito que esteja por aí, mas de forma a não afrontarmos esta Casa, fazer um ato que a nossa própria Constituição aprovada por este Parlamento proibiu.

Eu quero registrar, porque se não, na sequência passa batido como se Assembléia Legislativa nada tivesse feito e não tivesse visto o que está acontecendo.

O SR. JOEL COIMBRA (Para Encaminhar) - Esse projeto, Senhor Presidente, na verdade representa a junção de dois outros que foram apresentados aqui anteriormente.

De minha parte, eu gostaria de chamar a atenção para o teor do Artigo 3º. Quando trazemos uma proposta para o enquadramento na área do Estado, na verdade queremos fazer justiça ao segmento do funcionalismo e baseado em precedente já existente nesta Casa.

O Artigo 3º, por exemplo, foi inspirado na idéia de promover o enquadramento dos advogados, das instituições de ensino superior, das assistências judiciárias. E isso porque aqui em Curitiba, aqui nos quadros da Secretaria da Administração e também na Procuradoria Geral do Estado, já havia sido promovido o enquadramento.

E é fundamental chamar a atenção para um aspecto, porque os funcionários que estão aqui próximo da Corte, eles têm essa facilidade e o Artigo 3º ele se baseia inclusive em decisão do Poder Judiciário. Aconteceu o seguinte, alguns funcionários, alguns advogados foram enquadrados foram enquadrados, outros não. Aí, alguns daqueles que não foram enquadrados ingressaram na justiça e obtiveram o enquadramento.

Então, o que nós queremos aqui é fazer justiça no âmbito da administração pública, promovendo o enquadramento de funcionários que exercem a mesma função. O Artigo, 3º, gostaria de chamar a atenção, é

claro, ao exigir que os funcionários a serem enquadrados sejam advogados, sejam estáveis, sejam concursados e pertençam aos quadros das instituições de ensino superior.

Mas penso que a matéria poderia ser discutida com o maior cuidado, da forma como foi sugerida pelo nosso Líder, Caíto Quintana, e pelo Líder Algaci Túlio.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, eu entendo que esse projeto de lei, visa realmente corrigir distorções que ainda existem na administração pública.

Agora, eu particularmente entendo, que se nós tivermos que abrir a possibilidade de enquadramento, não teríamos que fazer apenas e tão somente para os advogados.

Como disse o Deputado Joel Coimbra, na Defensoria Pública Estadual, existem auxiliares administrativos desempenhando funções de advogados. Mas existe também Assistentes Sociais desempenhando função de Assistentes Sociais, mas contratados também como telefonista, como recepcionista. Na Secretaria da Saúde, a mesma coisa, na Secretaria da Agricultura a mesma coisa, nós temos médicos, nós temos dentistas, nós temos administradores, nós temos economistas, nós temos engenheiros florestais, nós temos biólogos, nós temos de todos os setores pessoas que na administração pública estão atuando contratados para desempenhar uma função, e ao longo do tempo tiveram oportunidade de cursar uma faculdade de nível superior evidentemente, e estão evidentemente em disfunção.

Então é necessário que nós possamos corrigir essas distorções, promovendo, sim, um amplo e geral enquadramento na estrutura administrativa do poder público. Porque não é justo nós mais uma vez, com todo o respeito que tenho, olharmos apenas para a categoria dos advogados, que já foram muito bem atendidos na minha opinião por esta Casa, quando da elaboração da Constituição Estadual em 88, quando da votação da lei que criou o quadro dos Advogados do Estado que hoje têm um nível salarial semelhantes aos dos Procuradores. Então não é justo que nós mais uma vez só olhemos os interesses, ou problemas existentes com os advogados. Vamos olhar o dos outros, de professores que estão desenquadrados, como é o caso por exemplo dos professores conveniados que atuam nas APAES. Estive conversando recentemente com o Deputado Cesar Seleme a esse respeito. Os professores conveniados que atuam nas APAES eles eram PA-1, estavam enquadrados como PA-1. O salário base deles foi extinto por essa Casa na proposta do Governo o PA-1 e o PR-2. E eles continuam com o seu piso do salário lá do PA-1, e nós estamos

lutando para que eles sejam enquadrados. O Deputado Cesar Selame, já esteve com o Secretário Ramiro e nós, por telefone, já conversamos com a Secretaria da Educação para que haja esse enquadramento.

Então faço um apelo ao Deputado Algaci Túlio, já que nós estamos aqui tratando de uma problemática de enquadramento de pessoal de nível superior, que nós, inclusive, Deputado Algaci Túlio, possamos reiniciar a discussão daquela tabela salarial dos profissionais de nível superior, que foi enviada a esta Casa, pelo ex-Governador Mário Pereira, e que depois não foi por esta Casa aprovado, e que naquela também estabelecia um ajuste salarial para o pessoal de nível superior. Então se nós estamos aqui nesse momento preocupados com os advogados, vamos também deter um pouco do nosso pensamento e da vontade desta Casa, de ajudar a solução dos problemas administrativos do Estado, retirando esse projeto por pelo menos uma ou duas Sessões, para que a gente possa dar uma estudada melhor e possamos olhar também esses outros profissionais que estão também em discussão, que estão desenquadrados, vamos dizer assim, na estrutura funcional do Poder Administrativo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Projeto de Lei nº 241/96 que traz uma análise nesta manhã nesta Casa, é um projeto extremamente polêmico. A própria Constituição Federal estabelece que todo funcionário público deverá ser admitido por concurso, e a sua promoção será por carreira, e nós não podemos fazer carreira com um Projeto específico, também lembrado pelo Deputado Caíto Quintana. Evidentemente que amanhã nós teremos uma enxurrada de solicitações, de reenquadramento em outras carreiras, e solicitando, inclusive, a equiparação através dessa lei.

Portanto, eu solicitaria a atenção do Líder do Governo de retirar por cinco Sessões para que nós pudéssemos discutir com maior amplitude, com maior profundidade este projeto, e daí então cientes e conscientes de que o projeto atende o interesse do funcionalismo público do Estado do Paraná. Então nós votaríamos por esta proposta, melhorando com certeza o projeto, de tal forma que, os autores pudessem ser atendidos. Reconheço a ação do Deputado Joel Coimbra e do Luiz Carlos Martins e do próprio Presidente que neste momento preside a Casa, quando subscreveram este Projeto, mas entendemos que o seu estado é extremamente polêmico, por isso esta Casa precisa de mais tempo para fazer uma análise mais apurada e votar no interesse do servidor público do Estado do Paraná em

especial.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, entendo o apelo dos Senhores Parlamentares, nós também entendemos que o Projeto é um tanto quanto polêmico, e sinto que deveremos dar um tempo maior para que os Deputados possam fazer uma análise, ou então colocar uma emenda a este projeto.

Neste sentido, peço a retirada do projeto por duas Sessões, Senhor Presidente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, inclusive este projeto traz algo estranho, pelo menos a cópia que eu tenho em meu poder, no Parecer da CCJ, onde não tem relator, tem a minha assinatura enquanto membro da Comissão, mas só que no parágrafo final "assim sendo o nosso parecer é favorável tornando-se pela sua aprovação", e embaixo foi retirada as expressões na forma da emenda. Gostaria que esta Casa apurasse a questão do Parecer da CCJ, e solicitei ao Presidente da CCJ que esclareça esta questão do Parecer onde foram retiradas expressões finais da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Retirado o Projeto nº 241/96, por duas Sessões pelo Deputado Algaci Túlio.

Sobre a mesa, requerimento nº 351, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessutti, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTTI - Apenas para enfatizar o voto de pesar pelo falecimento do ilustre político paranaense, Dr. Mário Stam, pai do Dr. Marco Stam que é um dos Procuradores do Estado do Paraná e que presta serviço a esta Casa e assessora o ex-Deputado Tércio Albuquerque na Delegacia Regional do Trabalho.

Dr. Mário Stam, todos conheceram, foi diretor do DER do Paraná, pessoa da mais importante atuação política na cidade de Londrina no norte do Paraná, deputado federal e uma pessoa de uma alma grandiosa. Quem conheceu e conviveu com o Dr. Mário Stam, pode avaliar a perda que estamos tendo, não só de um político sério, honrado, humilde, mas também de um ser humano valoroso. Deixa os filhos Mário Cesar Stam Júnior, político atuante em Londrina e os demais filhos, Dr. Marco, atuando na Procuradoria do Estado e o Cesar, atuando como engenheiro. É uma perda lamentável para todos nós e fica o registro nessa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associado esse voto de pesar e eu acredito, de todos os parlamentares.

res desta Casa e principalmente do Deputado José Tavares que com ele conviveu em representações políticas, Deputado Antonio Belinati, Luiz Carlos Alborghetti e José Maria Ferreira, que está com a palavra nesse instante.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Obrigado.

Quero também me somar às manifestações do Deputado Orlando Pessuti com relação ao passamento de um amigo, um companheiro, um cidadão do melhor gabarito que foi Mário Stam, um funcionário público dedicado à causa pública, um homem público com vários mandatos na Câmara Federal. Realmente uma figura ilibada que passou por esta vida, fazendo amigos, deixando uma obra para que os seus filhos se orgulhem dela. Nós aqui nos associamos e que esta Casa envie à família de Mário Stam os seus sentimentos de pêsames e de dor pelo seu passamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Devidamente registrado.

Esta Mesa renova o convite do ilustre governador em exercício, Deputado Anibal Khury, para a Sessão Solene da tarde de hoje, considerada extraordinária.

Concedo a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Senhor Presidente, faço aqui em plenário essa questão de ordem, mas eu falei pessoalmente com V.Exa. e gostaria que fosse colocado na pauta, o Projeto 542/96. É um dos últimos problemas a serem resolvidos sobre a questão dos excluídos desta ditadura militar. O Jornalista Rulter Carraro no dia 31 de março de 64 foi forçado a sair de Pato Branco, indo para Porto Alegre e perdendo sua família e voltando e até hoje não tivemos a oportunidade de vê-lo reintegrando ao quadro da antiga COPASA, hoje CODAPAR.

Gostaria de pedir a V.Exa. que colocasse na pauta esse projeto porque resta-

belece, por uma questão de justiça e reintegração desse jornalista que pagou muito caro por ter sido demitido no dia 31 de março de 64 na calada da noite quando se instaurava o período militar aqui no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Será incluído numa das próximas reuniões o vosso pedido que também tem o assentimento da Mesa Executiva e deste Plenário, para análise desse projeto.

Renovo o convite da tarde.

Requerimento nº 344, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 345, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 349 e 350, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/96.

PEDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 160/96.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 512 e 551/95, 110, 141 e 203/96.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 392/95 e 012/96.

Levanta-se a sessão.